

As enfermidades em humanos associadas a crises alimentares e ao consumo de produtos de origem animal existem há décadas. Contudo, foi em 1996, na Inglaterra, com a ocorrência da BSE em bovinos e sua correlação com a vCJD em humanos, que provocou profundas mudanças no mercado de alimentos. Surgem então inúmeros processos de certificação e a rastreabilidade é uma delas. Diante disto, os objetivos são identificar a participação de fazendas com rastreabilidade no Brasil e a sua distribuição nos Estados; verificar a correlação entre a frequência das fazendas certificadas e a proximidade com frigoríficos e analisar o diferencial do preço pago ao produtor pelo boi rastreado. O estudo foi realizado a partir de dados coletados do site do MAPA, quanto à distribuição espacial das propriedades e abatedouros no país (janeiro 2009), enquanto que no site do Instituto de Economia Agrícola foram coletados dados referentes ao preço do boi gordo (rastreado vs. não rastreado), na cidade de São José do Rio Preto-SP (janeiro a dezembro de 2008). Os dados foram analisados em planilhas Excel®. Foi encontrada uma pequena participação (0,026%) de fazendas rastreadas, distribuídas em sete Estados: ES (2,45%), GO (20,78%), MG (43,58%), MS (0,29%), MT (16,88%), PR (2,6%), RS (8,66%) e SP (4,76%). Analisando os cinco Estados com maior representatividade, inferiu-se que a presença de fazendas que aderiram ao programa de rastreabilidade brasileiro influenciou a presença de frigoríficos exportadores e/ou vice-versa. Com relação ao preço pago pelo boi gordo rastreado, percebe-se um diferencial médio de 1,36%, podendo variar de 0,33 a 2,05%. Apesar da valorização do animal rastreado existir de fato, a baixa participação do produtor rural no programa ainda é uma barreira a ser superada em um país com as dimensões do Brasil e com um pequeno número de propriedades aptas a exportarem ao mercado europeu.